

# Estado de greve contra expurgo

Aproximadamente dois mil trabalhadores, de várias categorias profissionais, aprovaram ontem, em assembléia-geral conjunta, a proposta da Comissão Estadual Pró-Central Única de Trabalhadores de São Paulo, de decretação de estado de greve, caso seja decidido oficialmente o expurgo do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor. De acordo com a decisão da assembléia, os sindicatos profissionais de todo o Estado de São Paulo realizarão assembléias, a fim de informar e organizar suas bases para a paralisação geral. Esta decisão, porém, poderá não ser cumprida por todas as categorias, uma vez que novamente ontem o movimento sindical paulista apresentou divisão: quase metade dos 35 sindicatos presentes pretendia que a reunião fosse exclusivamente sindical, não aceitando manifestações de integrantes de partidos políticos. Com o aparecimento de faixas do Partido dos Trabalhadores (havia sido acertada a proibição desse material pelos integrantes da comissão), boa parte dos sindicalistas retirou-se do plenário, antes da votação.

A proposta da Comissão Estadual Pró-Cut de São Paulo, aprovada pela assembléia, encampa a decisão do Congresso Estadual dos Metalúrgicos, de paralisação imediata das atividades, caso haja rebaixamento dos salários, por meio de “manipulações nos índices oficiais”. Com a decretação do estado de greve, os sindicatos deverão reunir-se imediatamente após qualquer divulgação oficial sobre expurgos no INPC ou desindexação nos salários.

Além disso, a proposta prevê também a organização de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação e de desempregados, a fim de integrá-los às manifestações desenvolvidas pelos sindicatos, para a criação de empregos e contra os aumentos nas prestações da casa própria. Quanto às movimentações dos trabalhadores em empresas estatais, a decisão da reunião geral foi no sentido de preparar ações de apoio, inclusive a paralisação em solidariedade.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Ari Russo, afirmou que “é inadmissível que se queira transformar

uma assembléia puramente sindical, convocada para debater uma questão de grande importância, como a paralisação geral contra o rebaixamento de salários, em manifestação política”. Segundo ele, “isso não é ato público, para que os simpatizantes desses partidos compareçam com faixas”.

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação de São Paulo, Raimundo Rosa de Lima, afirmou que, apesar de vários dirigentes terem consciência de que o movimento sindical precisa estar unido para manter suas conquistas e pressionar o governo a não adotar medidas que prejudiquem os trabalhadores, insistem em promover a divisão”. Foi taxativo ao acrescentar que “o Partido dos Trabalhadores está fazendo o jogo do governo, prejudicando os assalariados”.

Raimundo Rosa de Lima informou, por outro lado, que várias federações e sindicatos de trabalhadores deverão reunir-se amanhã com os integrantes da comissão mista do Congresso, que analisa o novo decreto salarial a fim de pedir sua rejeição.